



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.638/2023**  
**Pregão Eletrônico nº 35/2023**  
**Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA FROTA COM ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS, LAVAGEM E SERVIÇOS VEICULARES EM GERAL, DE FORMA CONTINUADA, POR INTERMÉDIO DE REDE CREDENCIADA E ACOMPANHADO POR SISTEMA INFORMATIZADO, PARA ATENDER OS VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA\_\_\_\_\_**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo GERSON MARTINS DE OLIVEIRA, portador do RG nº 611.634 SSP/MS e do CPF nº 600.496.421-20, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 202/2023, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº\_\_\_\_\_, situada na\_\_\_\_\_, em\_\_\_\_\_, CEP\_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador do RG nº\_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_e do CPF nº\_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 20.638/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993 e legislação complementar, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 35/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração e gerenciamento da frota com abastecimento de combustível, manutenção preventiva, corretiva, fornecimento de peças, equipamentos, acessórios, lavagem e serviços veiculares em geral, de forma continuada, por intermédio de rede credenciada e acompanhado por sistema informatizado, para atender os veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.
- 1.2. O gerenciamento ocorrerá através da implantação e operação de sistema informatizado com uso de cartões eletrônicos magnéticos ou com chip. Os serviços compreenderão, além do gerenciamento da frota, o abastecimento de combustíveis (gasolina comum, gasolina



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.638/2023**

**Pregão Eletrônico nº 35/2023**

**Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

aditivada, etanol hidratado e óleo diesel), toda e qualquer espécie de manutenção automotiva, aqui consideradas a preventiva e corretiva com fornecimento de peças, pneus, acessórios, alinhamento de direção, balanceamento de rodas, serviços de borracharia (incluindo troca de pneu e reparo), chaparia, pintura, lanternagem, funilaria, capotaria, estofaria, lubrificação, vidros, elevadores elétricos dos vidros, equipamento de som, desempenho de jantes de qualquer espécie, lavagem e higienização de veículos (americana e geral).

- 1.3. Os serviços serão prestados conforme as especificações e condições deste instrumento contratual, do termo de referência e seus anexos, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2022, do Decreto nº 10.024/2019 e legislações complementares.
- 1.4. Vinculam-se e fazem parte desta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos a ela relacionados:
  - 1.4.1. Termo de Referência;
  - 1.4.2. Edital de licitação;
  - 1.4.3. Proposta da CONTRATADA;
  - 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.5. A execução da presente contratação dar-se-á por empreitada por preço global, regime de execução indireta.
- 1.6. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/1993, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

**CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA, DA CONTRATAÇÃO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1. A vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério do CONTRATANTE e observado o interesse público, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.
- 2.3. A prorrogação da contratação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantagem, para o CONTRATANTE, das condições e dos preços contratados.
- 2.4. Durante a vigência da contratação, será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
  - 2.4.1. na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.638/2023**

**Pregão Eletrônico nº 35/2023**

**Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

2.4.2. na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.

2.5. Em atenção aos artigos 2º, inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.6. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

2.7. A execução dos serviços terá início em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO**

3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Termo de Referência as condições específicas desta contratação referentes a:

- 3.1.1. Serviços;
- 3.1.2. Forma de prestação dos serviços;
- 3.1.3. Gestão da frota e do sistema de gerenciamento;
- 3.1.4. Implementação do sistema;
- 3.1.5. Aferição de preço de mercado;
- 3.1.6. Cartões;
- 3.1.7. Frota de veículos;
- 3.1.8. Treinamento;
- 3.1.9. Rede credenciada;
- 3.1.10. Localidades onde deve existir rede credenciada;
- 3.1.11. Produtos a serem fornecidos e dos serviços a serem prestados pela rede credenciada;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 20.638/2023  
Pregão Eletrônico nº 35/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023

**MINUTA**

- 3.1.12. Garantia das peças, materiais e dos serviços;
- 3.1.13. Execução dos serviços de manutenção;
- 3.1.14. Recepção dos serviços;
- 3.1.15. Sustentabilidade;
- 3.1.16. Condições de recebimento dos serviços;
- 3.1.17. Deveres do CONTRATANTE;
- 3.1.18. Deveres da CONTRATADA;
- 3.1.19. Vedações à CONTRATADA;
- 3.1.20. Preposto;
- 3.1.21. Pagamento;
- 3.1.22. Atualização financeira;
- 3.1.23. Penalidades;
- 3.1.24. Defesas e recursos;
- 3.1.25. Aumentos e reduções

**CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

PTRES: \_\_\_\_\_

Elementos de Despesa: 3.3.90.39 e 3.3.90.30

NE: \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 5ª – DO VALOR**

5.1. O valor anual estimado (12 meses) da presente contratação é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), o que resulta num valor total estimado (30 meses) de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) conforme quadro abaixo:

a) Combustíveis:

Grupo 1 (Único)				
Item 1				
Tipo de combustível	Quantidade anual estimada em litros <sup>(1)</sup>	Valor médio por litro <sup>(2)</sup>	Percentual de desconto mínimo <sup>(3)</sup> (%)	Valor anual estimado por tipo de combustível COM DESCONTO
Gasolina Comum	8.150	R\$ 6,09	xx%	R\$ xxxxxx
Gasolina aditivada	100	R\$ 6,99	xx%	R\$ xxxxxx
Etanol Comum	4.100	R\$ 4,67	xx%	R\$ xxxxxx
Diesel Comum	2.140	R\$ 6,09	xx%	R\$ xxxxxx



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 20.638/2023

Pregão Eletrônico nº 35/2023

Contrato nº \_\_\_\_/2023

**MINUTA**

Diesel S-10	21.800	R\$ 7,38	xx%	R\$ xxxxxx
Valor anual estimado			--	R\$ XXXXXXXX
Valor global estimado (30 meses)			--	R\$ XXXXXXXX

b) Peças automotivas (incluindo insumo e acessórios):

Item 2 – Grupo 1 (Único)		
Descrição	Percentual de desconto mínimo <sup>(3)</sup>	Valor anual estimado COM DESCONTO
Peças, insumos e acessórios para veículos.	xx%	R\$ XXXXXXXX
Valor global estimado (30 meses)		R\$ XXXXXXXX

c) Serviços (mão de obra):

Item 3 - Grupo 1 (Único)		
Descrição	Percentual de desconto mínimo <sup>(3)</sup>	Valor anual estimado COM DESCONTO
Mão de obra	xx%	R\$ XXXXXXXX
Valor global estimado (30 meses)		R\$ XXXXXXXX

d) Higienização de veículos

Item 4 - Grupo 1 (Único)		
Descrição	Percentual de desconto mínimo <sup>(3)</sup>	Valor anual estimado COM DESCONTO
Lavagem simples e completa	xx%	R\$ XXXXXXXX
Valor global estimado (30 meses)		R\$ XXXXXXXX

**CLÁUSULA 6ª – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 6.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o CONTRATANTE designará, por meio de Portaria, servidor(es) para a gestão e a fiscalização da contratação, bem como, se necessário, servidor(es) para auxílio na fiscalização.
- 6.2. Tanto Gestor quanto o Fiscal atuarão em conjunto no acompanhamento e fiscalização da contratação, incumbindo especificamente ao Fiscal o acompanhamento do cumprimento das obrigações pela CONTRATADA e ao Gestor a liquidação das notas fiscais/faturas.
- 6.3. A existência de fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades na execução das obrigações assumidas, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.638/2023**

**Pregão Eletrônico nº 35/2023**

**Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

ocorrência destes, não implica a corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos.

6.4. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos materiais e/ou pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, por intermédio do Fiscal do contrato.

6.5. O Fiscal do contrato pode sustar qualquer entrega de material e/ou execução do trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária, devendo comunicar o fato de imediato ao Gestor.

6.6. À fiscalização caberá, ainda, verificar periodicamente o cumprimento pela CONTRATADA das normas de segurança e medicina do trabalho.

6.7. A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade decorrente de má execução da contratação, inclusive por defeito ou inadequação do produto fornecido.

**CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

7.1. A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do § 3º do art. 132 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), ou seja, os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

7.2. Considera-se prorrogado o prazo de vigência até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**CLÁUSULA 8ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO**

8.1. Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

8.2. Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.

8.3. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

8.4. Os prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente no CONTRATANTE.

8.5. Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.638/2023**

**Pregão Eletrônico nº 35/2023**

**Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

**CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 79, da Lei nº 8.666/1993, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.

**CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO**

10.1. Para fins de publicidade e eficácia desta contratação, o respectivo extrato será publicado, pelo CONTRATANTE, na imprensa oficial, sem prejuízo da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**CLÁUSULA 11 – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro de Campo Grande - MS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

**CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

12.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

12.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.

12.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

**Campo Grande - MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 20.638/2023  
Pregão Eletrônico nº 35/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023

**MINUTA**

(documento assinado digitalmente)  
GERSON MARTINS DE OLIVEIRA  
**CONTRATANTE**

(documento assinado digitalmente)  
\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)  
\_\_\_\_\_  
**COORDENADOR DE MATERIAL E  
LOGÍSTICA**

(documento assinado digitalmente)  
\_\_\_\_\_  
**ANALISTA JUDICIÁRIO**

**ANEXAR TR e Anexos II, III e IV**

**(Modelo de declaração relativa ao art. 429 da CLT, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

- ( ) atender aos percentuais estipulados no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), referente ao emprego e matrícula de aprendizes.
- ( ) estar dispensada da contratação de aprendizes por se enquadrar em pelo menos uma das hipóteses de dispensa previstas na legislação (Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 e Instrução Normativa nº 146, de 25 de julho de 2018).

\_\_\_\_\_(Cidade – UF)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 20.638/2023  
Pregão Eletrônico nº 35/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023

**MINUTA**

\_\_\_\_\_  
(Representante legal da empresa)

(Modelo de declaração relativa ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho)

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

- ( ) atender aos percentuais estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, referente ao emprego de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.
- ( ) estar desobrigada do atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por possuir menos de 100 (cem) empregados.

\_\_\_\_\_(Cidade – UF)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal da empresa)

**DECLARAÇÃO RELATIVA À RESOLUÇÃO Nº 310, DE 24.9.2021, DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por meio de sua representante legal, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 20.638/2023**

**Pregão Eletrônico nº 35/2023**

**Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

nº \_\_\_\_/2023, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, DECLARA que não está inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; bem como não ter sido condenada, ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105, no Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); nos artigos 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho; no Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

\_\_\_\_ (Cidade – UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(Representante legal da empresa)